

**DIRECIONANDO O ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO: REFLEXÕES
ACERCA DO ACONSELHAMENTO DIRETIVO E NÃO-DIRETIVO**

Cristiane Nakazora Abe
Josiane de Paula Jorge

Introdução

Partindo de uma visão psicológica, o termo orientar refere-se ao ato de auxiliar o sujeito na análise de direções ou caminhos a serem seguidos, procurando facilitar o conhecimento, baseando-se em referenciais tanto pessoais como sociais. Já o processo em que se indicam direções ou caminhos à pessoa, bem como se proporciona condições para que esta julgue suas alternativas e estabeleça suas próprias escolhas, é denominado de aconselhar. Enquanto que a psicoterapia se caracteriza pelo tratamento de perturbações da conduta ou mesmo da personalidade por meio de técnicas e métodos psicológicos. (Santos, 1982)

Geralmente recorre-se a psicoterapia propriamente, que é um processo demorado, difícil e complexo, quando os aconselhamentos e as orientações não são suficientes, em determinados casos, para promover mudanças de conduta. Todavia, inúmeros fatores determinam a eficácia de uma atuação, entre eles se destacam os objetivos que se pretende alcançar, os critérios filosóficos e sociais que os definem, a personalidade do sujeito, os recursos disponíveis e as emergências viventes. (Santos, 1982)

Há na literatura algumas abordagens de orientação e aconselhamento psicológico, em que cada uma fornece elementos que permitem uma melhor compreensão do comportamento, bem como o incremento do exame da realidade. Com isso, toda abordagem desenvolve uma visão e forma diferente de compreender os sujeitos. Deste modo, surgem inúmeras definições para a orientação e aconselhamento psicológico. (Santos, 1982)

Williamson (1939, apud Santos, 1982), relaciona em alguns aspectos a educação e o processo de aprendizagem com o aconselhamento, na medida em que a parte da

educação referida seria a correspondente a processos personalizados e individualizados, os quais auxiliariam o sujeito a aprender hábitos e valores sociais e pessoais, matérias escolares, atitudes e crenças, traços de cidadania, habilidades; pontos estes que contribuirão para o desenvolvimento de um ser humano ajustado e normal. (Santos, 1982) Para este mesmo autor, a educação moderna objetiva alcançar um bom ajustamento, a partir de uma aprendizagem de atitudes adequadas. Desta forma, o orientador, do mesmo modo que o professor, auxilia o sujeito a empregar seus próprios pensamentos, a fim de descobrir soluções para suas problemáticas. (Scheffer, 1976)

Rogers (1942; 1951, apud Santos, 1982), autor de destaque no campo do aconselhamento, não se prende a elaboração de definições e conceitos. Todavia, a partir de sua obra, entende-se que o aconselhamento é uma técnica de assistência psicológica que objetiva restituir as condições de atualização e crescimento no sujeito, a fim de torná-lo capaz de perceber sua realidade atual, sem distorções, e de agir neste contexto que o cerca, buscando atingir satisfação social e pessoal. Esta é uma técnica que se aplica a todos os casos em que o sujeito se depara com dificuldades emocionais, mesmo não se tratando de doenças ou perturbações patológicas. (Santos, 1982)

Na abordagem de Rogers (1942; 1951, apud Santos, 1982), o aconselhamento se caracteriza por uma relação permissiva, em que o sujeito tem a oportunidade de se compreender, habilitando-se para as decisões frente as suas perspectivas, havendo uma reorganização e liberação de seu campo perceptual. (Santos, 1982)

Para Krumboltz (1966, apud Santos, 1982), autor da corrente comportamentista, os orientadores promovem um trabalho que auxiliam as pessoas a resolverem mais adequadamente a problemática que vivenciam, sendo que alguns desses problemas referem-se a decisões profissionais e escolares. (Santos, 1982)

Santos (1982) explicita então que, a partir de uma revisão teórica acerca do aconselhamento, atrelada as suas experiências, é possível compreender que a orientação, o aconselhamento psicológico e a psicoterapia não consistem em simples procedimentos operacionais ou técnicos. Isto porque se entende que tanto no psicoterapeuta, no conselheiro ou nas pessoas a quem suas práticas são dirigidas, opera-se uma rede de

posições filosóficas, o que constitui uma importante diferença entre a psicologia e outras ciências humanas. Compreende-se também que perpassa por três premissas o posicionamento conceitual dos profissionais mencionados, sendo a primeira a de que o homem resulta principalmente do social, em que possui impulsos que necessitam ser dirigidos para uma sociedade na qual se localiza e pode sobreviver. A segunda se refere ao conceito de que, desde que sejam fornecidas as condições apropriadas, o homem tem a capacidade suficiente para tomar as próprias decisões e as ações mais adequadas. Já a terceira premissa é a de que a idéia de autodeterminação é utópica, visto que o ser humano é o resultado de diversas variáveis.

A distinção entre orientação, aconselhamento e psicoterapia na prática pedagógica ou psicológica para Santos (1982) é muito difícil, mas expõe que alguns autores tentam demarcar linhas demarcatórias entre as teorias. Perry (1960, apud Santos, 1982) baseia-se nas funções e papéis do conselheiro para diferenciar sua atuação do psicoterapeuta, a partir da dinâmica da personalidade por esta proposta. Já Rogers (1942; 1955, apud Santos, 1982) não diferencia estes dois termos, pois para este autor não é necessário distingui-los, já ambos mantêm o contato com o indivíduo a fim de auxiliá-lo a modificar seu comportamento ou atitudes.

De acordo com Santos (1982), há casos em que está se confundindo os métodos de aconselhamento e orientação com os de terapia. Denota então que atualmente, há uma tendência em fazer esta distinção de psicoterapia com aconselhamento a partir do grau ao invés das formas de atuação.

Uma das conceituações e descrições mais explícitas acerca do Aconselhamento Psicológico é a de Jordaan, segundo Santos (1982), em que para aquele autor, o conselheiro atua em diferentes áreas da vida social, como escolas, consultórios, hospitais entre outros. Afirma que muitos especialistas descreve o psicólogo-conselheiro como aquele que trabalha com técnicas psicoterápicas e outros recursos como testes, informações, experiências exploratórias, entre outros.

Em relação a atuação assistencial, profilática, terapêutica ou corretiva, Santos (1982) exemplifica estas atuações a partir de métodos para a orientação, o

aconselhamento e a psicoterapia, divididos em métodos centrados no contexto sócio-cultural, métodos centrados no contexto pessoal e métodos mistos e métodos centrados no problema.

Mais especificamente, acerca das definições do aconselhamento diretivo, é possível afirmar que ocorreram modificações ao longo do tempo, as quais determinam a evolução deste conceito. Assim, as primeiras definições para o aconselhamento diretivo apresentavam um cunho autoritário, como a proposta por Darley (1943, apud Scheeffler, 1976), em que o aconselhamento se parece com uma conjuntura de venda, na medida em que o orientador procura vender ao sujeito planos de ação, pontos de vista, ou mesmo atitudes, tentando impor suas idéias em detrimento das motivações do sujeito. (Scheeffler, 1976)

Com o decorrer do tempo, o aconselhamento diretivo perdeu esse autoritarismo inicial, agregando características diferentes. Esta técnica passou, então, a ser entendida como um processo de auxílio para a aprendizagem, em que se frisa a rejeição do autoritarismo.

Em relação ao aconselhamento não-diretivo, pode-se afirmar que este teve suas origens com as proposições de Otto Rank, mas que foi Carl Rogers quem de fato fundamentou a abordagem não-diretiva ou centralizada no cliente. Nesta, o foco se dá no cliente e não em seus problemas, cuja finalidade é o fazer com que o sujeito possa obter maior integração, independência e amadurecimento para que consiga lidar sozinho com seus problemas.

Aconselhamento Diretivo

Kurt Lewin, Gordon Allport e Gardner Murphy constituem um grupo de renomados psicólogos que defendem os princípios da interação social, nos quais se baseia o aconselhamento diretivo. Neste sentido, o aconselhamento sustenta-se no conceito unitário de ambiente e organismo, em que não se pode subtrair o sujeito do meio em que vive; na influência do grupo social e do ambiente sobre o indivíduo como sustentação de suas emoções, ações, sentimentos e percepções; na importância do

estudo das situações sobre o sujeito; e na importância das forças do campo social sobre este. Assim, na orientação diretiva um dos aspectos mais priorizados é o estudo do ambiente, em que se deve procurar conhecer o efeito do ambiente nas atitudes e comportamentos do sujeito, e deste mesmo sobre o próprio ambiente. (Scheffer, 1976)

A partir destas bases teóricas, o aconselhamento diretivo objetiva a retirada de obstáculos que possam dificultar a aprendizagem do sujeito no que concerne ao “ajustamento atual e remoto do indivíduo ao seu meio.” Não objetiva-se apenas o ajustamento pessoal, mas também o social. (Scheffer, 1976, p. 27) Deste modo, é possível definir este aconselhamento como sendo um processo educativo, que almeja alcançar uma adaptação social e pessoal suficientes, por meio da aprendizagem de atitudes apropriadas. Com esta técnica o sujeito adquire novos conhecimentos sobre o ambiente em que vive e sobre si mesmo. Esta é a forma de aconselhamento aplicada no campo da orientação profissional, sendo considerada uma forma clássica de aconselhamento. (Scheffer, 1976)

A evolução da orientação profissional proporcionou o desenvolvimento desta técnica diretiva, estando estes dois processos diretamente ligados, sendo que no início tratava-se de uma técnica mecânica, em que se priorizava o fornecimento simples de informações ao sujeito. Ao longo do tempo, tal técnica passou a se desenvolver como um método dinâmico concebido por uma relação entre dois sujeitos. Neste método dinâmico, o orientador assume uma postura relativamente neutra, em que as decisões devem ser feitas pelo orientando e estas respeitadas pelo orientador. (Scheffer, 1976)

Esta neutralidade do orientador, todavia, é passível de discussões, visto que não é possível assumir uma postura genuinamente neutra, pois esta condição pode denotar uma atitude de indiferença por parte do orientador no que concerne a adaptação do orientando ao seu meio. Denotação esta errônea, visto que o orientador sempre almeja a resolução satisfatória de seus casos. Nesta perspectiva, seria uma atitude irreal assumir uma neutralidade absoluta. (Scheffer, 1976)

Além disso, o orientador em muitas situações deverá comandar o processo de aconselhamento, a fim de impedir que o indivíduo submerja em seus conflitos e culmine

em uma perda de foco. Com este propósito, o orientador deve ser ativo, evitando assumir uma postura passiva. Mesmo assim, isto não deve ser confundido com a postura que deve assumir o orientando. Este também não deve ser passivo, mas deve procurar aprender por si mesmo, agindo, sendo auxiliado pelo orientador, o qual terá a responsabilidade fornecer as precisadas correções e esclarecimentos. Desta forma, o orientador desempenhará o papel de assistente, que procurará impedir os erros que possam prejudicar a aprendizagem do orientando, por meio de intervenções em momentos certos e de forma adequada. Isto auxiliará o sujeito a encontrar a resolução para seus conflitos. (Scheeffler, 1976)

Como qualquer método, para atingir os objetivos descritos e almejados, o aconselhamento diretivo se constitui de etapas que devem ser seguidas, são elas: o *rapport*; obtenção do autoconhecimento pelo orientando; planos de ação, em que são utilizadas diversas técnicas, como fornecer a opinião quando for solicitado pelo orientando, ou quando este segue um caminho que lhe pode ser maléfico. Outras técnicas utilizadas são as persuasivas, interpretativas, explanatórias. A última etapa deste aconselhamento se constitui no encaminhamento. (Scheeffler, 1976)

O aconselhamento diretivo ainda tem como pressuposto o fato de que a individualidade do sujeito deve ser analisada no aconselhamento, no que se refere ao passado, presente e futuro. É a partir da compreensão desta individualidade que o orientador poderá aconselhar e proporcionar melhor ajustamento ao sujeito. Para a obtenção de maiores informações sobre o orientando, esta técnica se utiliza também dos testes psicológicos e das entrevistas, sendo aqueles considerados preciosos para o aconselhamento, visto que permitem adquirir um maior conhecimento em relação ao orientando. (Scheeffler, 1976)

Mas existem várias objeções feitas à utilização dos testes no aconselhamento, em que se apontam as fraquezas e os defeitos dos mesmos. A teoria não-diretiva, por exemplo, que será posteriormente abordada, pouco se utiliza de tais testes. Todavia, para a teoria diretiva desde que os testes sejam aplicados e interpretados com os devidos

cuidados, eles devem ser utilizados como um recurso do aconselhamento. (Scheefffer, 1976)

Outra questão relevante, é que nesta abordagem a relação humana existente no processo se baseia em uma ênfase maior no aspecto intelectual e em menor grau no emocional, visto que se prioriza a informação como material de trabalho, sendo que as experiências vivenciais do sujeito são menos importantes que o histórico do caso. (Scheefffer, 1976)

O processo do aconselhamento diretivo segue uma seqüência análoga à da orientação médica, por isso esta técnica é também denominada de aconselhamento clínico. Assim, neste processo o orientador deve seguir as seguintes etapas de trabalho: análise; que diz respeito a coletas de dados para uma melhor compreensão do sujeito; síntese dos dados obtidos; diagnóstico; prognóstico; referente ao desenvolvimento futuro do conflito manifestado pelo orientando; aconselhamento propriamente dito, em que há o trabalho em conjunto da dupla na avaliação de determinadas atitudes do orientando; e o seguimento, que procura averiguar a eficácia do conselho, bem como dar assistência ao indivíduo em problemas futuros. Além disso, esta última etapa, o seguimento, se constitui na única forma de se constatar a validade tanto do diagnóstico, como do prognóstico. (Scheefffer, 1976)

Sobre o diagnóstico, mais especificamente, é necessário destacar que este não deve ser realizado pelo orientador unicamente, mas sim em conjunto com o orientando, com o objetivo de estimular o autoconhecimento e a autodeterminação deste. (Scheefffer, 1976)

No que diz respeito propriamente à orientação profissional, o aconselhamento se constitui, nestes casos, como um processo de longa duração, na medida em que tem início no curso secundário e se espalha pela vida toda, visto que não termina quando o sujeito se decide por um campo profissional e ingressa neste. O orientando continuará sendo acompanhado caso necessite e considere preciso. (Scheefffer, 1976)

Aconselhamento Não-Diretivo

Scheffer (1976) expõe que a orientação não-diretiva se originou a partir dos propósitos de Otto Rank, o qual considerava a relevância no processo psicoterápico da relação como elemento terapêutico. Partindo destes pressupostos iniciais, Carl Rogers fundamenta sua abordagem de orientação centrada no cliente ou não-diretiva.

Scheffer (1976) afirma que a finalidade da orientação não-diretiva é o de auxiliar o sujeito a alcançar a independência, amadurecimento e integração, para que assim, consiga resolver os problemas que possam aparecer no decorrer de sua vida. Neste sentido, esta abordagem tem como princípio básico o fato de que, desde que seja fornecida a oportunidade, bem como um ambiente adequado, todos os seres humanos possuem potencial e capacidade para resolver suas próprias dificuldades. Assim, o aconselhamento nesta abordagem se baseia em uma relação estruturada e permissiva, na qual o indivíduo adquire certo grau de auto-compreensão, podendo resultar-lhe em atitudes mais positivas. Ademais, o orientador assume uma postura de confiança, aceitação e respeito para com o orientando, em uma atitude básica de não-autoritarismo, crença otimista e convicção.

Conforme explicita Scheffer (1976), há três aspectos relevantes na atitude do orientador, sendo estes os de aceitação, compreensão e capacidade de comunicação. O primeiro, para a autora, envolve tanto a percepção das diferenças individuais, como a rejeição de termos comparativos entre os sujeitos, reconhecendo o caráter único de cada um. Esta aceitação é comunicada ao orientando de forma que o orientador esteja realmente interessado naquele, exigindo a aceitação total da personalidade do indivíduo. Já a compreensão significa compreender claramente o que o orientando está expressando, sendo, além disso, um processo de compartilhar as vivências expostas pelo cliente. Por este motivo, faz-se necessário que o orientador tenha capacidade de empatia, que Rogers denomina de identificação projetiva, isto é, "...sentir com o orientando, pensar com o orientando, em vez de pensar a respeito do orientando". (Scheffer, 1976, p. 61). Assim, ao refletir acerca do conteúdo emocional e não do factual, é o que faz com que a compreensão seja comunicada ao orientando.

As principais características do aconselhamento não-dirigido para Scheeffler (1976) se referem ao fato de que este não é apenas um fornecimento de conselhos, mas sim um esforço psicológico do próprio orientando e não sugestionado pelo orientador. Com isso, opera mudanças no indivíduo que o torne capaz de tomar suas próprias decisões e resolver eventuais problemas que possam aparecer. Outra característica é a de que esta abordagem correlaciona-se mais com as atitudes do que com as ações, pois estas se resultam das mudanças de atitudes. Ademais, trabalha mais com conteúdos emocionais, enfatizando mais na relação do que com técnicas.

Em relação ao orientador, Scheeffler (1976) cita Axline para denotar os princípios básicos que este profissional deve assumir, em que este deve desenvolver uma relação de cordialidade e simpatia com o orientando, estabelecendo um bom *rapport*. Com isso, o clima deve ser de permissividade, de modo que o orientando consiga expressar livremente suas experiências, as quais o orientador tentará compreendê-las, refletindo e objetivando estas vivências. O orientador deve ainda aceitar o cliente em sua totalidade, no sentido amplo de sua personalidade, confiando e respeitando em sua capacidade de resolver seus próprios problemas, de modo que cabe ao orientando a responsabilidade pela tomada de decisões. Assim, é o orientando quem delinea o rumo da entrevista, e não o orientador.

Para Rogers, as situações em que a orientação não-dirigida são mais propícias são aquelas em que há um estado de tensão emocional, ou seja, quando o sujeito se encontra em um grau razoável de tensão proveniente de necessidades ou desejos incompatíveis, ou ainda por conflitos com as demandas do ambiente em relação às suas necessidades. É também propício quando o cliente demonstra ter capacidade suficiente para controlar sua própria vida, ou ainda quando este sinta a necessidade de receber ajuda. Faz-se necessário que o orientando na tenha deficiências orgânicas ou mentais, embora Rogers tenha postulado em 1951 que bons resultados tenham sido alcançados com a aplicação deste tipo de aconselhamento com retardados mentais. Em relação às possibilidades de aplicação, Scheeffler (1976) denota que vários autores expõem como campo de atividades para o aconselhamento não-dirigido os educacionais,

psicoterápicos, administrativos e outros que estejam voltados para o setor de relações humanas. (Scheeffler, 1976)

A autora afirma que tanto a prática quanto o treinamento acerca de qualquer tipo de aconselhamento dependem da atitude do orientador e de suas técnicas, de tal modo que as respostas deste profissional estão atrelados ao modo em que percebe a realidade objetiva, bem como ao seu sistema de valores. Scheeffler (1976) denota que em certas ocasiões o orientador pode projetar vivências e atitudes próprias no cliente, interferindo no processo, de tal modo que ressalta a importância para que o orientador evite estas ocorrências. Expõe que é possível controlar estas atitudes ao fundamentar os julgamentos em resultados de testes padronizados, ou então conhecer aprofundadamente a técnica que utiliza, bem como compreender o clima psicológico necessário para a aplicação desta.

Conforme explicita Scheeffler (1976), as respostas do orientador não são por acaso, elas visam atingir um determinado objetivo, em que para isto, o profissional utiliza-se de diversas técnicas para isto. Destarte, menciona o autor Elias Porter, cujo qual elaborou uma classificação de categorias de respostas utilizadas pelos orientadores, como por exemplo, a avaliativa. Esta categoria engloba as respostas em que o orientador diz aquilo que o cliente deve ou pode fazer, uma vez que é feito um julgamento do que o orientando expressou. Outra categoria de resposta é a interpretativa, em que demonstra a intenção de se atribuir um significado ao que o orientando diz, respondendo a ele o que pode ou deve pensar. O apoio é a categoria na qual o orientador pretende reduzir a intensidade das experiências emocionais do cliente, respondendo a ele que não precisa ficar abatido com o problema que está passando. Há ainda a categoria inquisitiva, na qual a intenção do orientador é a de buscar mais informações ou mesmo de provocar discussão. Por fim, tem-se a categoria de resposta compreensiva que indica a intenção de demonstrar compreensão, em que o orientador percebe as vivências emocionais de seu cliente do mesmo modo que ele as experiencia.

Scheeffler (1976) expõe que no aconselhamento não-dirigido o orientador pode valer-se de outros tipos de respostas que não as compreensivas, como a clarificação de

vivências emocionais, na qual o profissional apresenta os sentimentos e emoções de seu cliente de forma mais clara e compreensível a ele. Há também a resposta de reflexão do conteúdo, em que repete o que o orientando disse, mas com outras palavras. Já a interpretação inclui na resposta conteúdos ainda desconhecidos para o cliente, mostrando a ele seu material inconsciente. A aceitação por sua vez se refere à aceitação das vivências do cliente. As perguntas são feitas em situações mais específicas, enquanto que informações podem ser fornecidas sobre resultados de testes, ou entando sobre dados mais objetivos, que terão como consequência esclarecimentos que de fato irão auxiliar o orientando a deliberar e tomar iniciativas.

Em relação ao diagnóstico, a autora expõe que Rogers rejeita seu uso como o centro no aconselhamento não-dirigido, uma vez que vai contra o princípio básico desta abordagem, a de que o indivíduo é quem deve encontrar as soluções mais apropriadas para seus problemas. Isto porque no processo diagnóstico, o orientador é considerado o mais competente para conhecer as experiências e sentimentos do cliente, o que resulta em uma dependência naquele profissional, responsabilizando-o para encontrar as resoluções de suas dificuldades. Assim, Rogers entende que, de forma geral, é o orientando quem deve realizar seu diagnóstico, conforme explora seu mundo interno e obtém, gradativamente, maior autoconhecimento. (Scheffer, 1976)

Do mesmo modo, a autora considera que neste tipo de aconselhamento, não deve ser aceito o uso dos testes como ponto central ou inicial, pelos mesmos motivos que não se deve focar no uso de diagnósticos. Entretanto, afirma que isto não significa que os testes nunca devam ser usados, uma vez que podem ter utilidade como conclusão de entrevistas, a partir do evidente desejo do orientando. Rogers também compreende que o teste só é útil quando é aplicado mediante a satisfação de uma necessidade expressa pelo cliente. (Scheffer, 1976)

Assim, na orientação não-diretiva se utiliza os testes quando estes podem ser instrumentos para a tomada de decisões do próprio orientando, ou seja, quando é este que os utiliza construtivamente. Os testes como instrumento para angariar informações para o orientador, só é admitido nesta abordagem quando se necessita decidir a qual

tratamento o orientando deve ser submetido, seja aconselhamento, tratamento psicoterápico ou ambiental. (Scheefffer, 1976)

Como no aconselhamento não-diretivo se prioriza a idéia de que a iniciativa e a responsabilidade do processo devem ser do orientando, surge a proposta de uma etapa do aconselhamento, em que os testes seriam selecionados também pelo próprio orientando. Nesta técnica, este seria um procedimento natural e muito valioso, pois se acredita que desta maneira se explicita para o sujeito que ele é responsável por suas decisões, bem como é livre para decidi-las. (Scheefffer, 1976)

Para esta orientação, quando é o orientador quem seleciona os testes acredita-se que este processo estará privando o orientando de sua auto-expressão e de uma crítica de seus próprios problemas, além de estimular uma situação de dependência. Mas há o argumento contrário a isso de que o orientador é melhor capacitado para selecionar os testes apropriados e o orientando tem uma carência de conhecimento acerca dos testes, o que pode se traduzir em um obstáculo para o processo. A fim de derrubar este obstáculo, os defensores desta proposta sugerem que se realize “...uma descrição, em linguagem acessível e não técnica das informações que o orientando pode obter sobre si próprio, mediante os vários testes, a fim de que possa decidir os que prefere.” (Scheefffer, p. 84, 1976)

Os orientandos que se recusam a escolher os testes, geralmente, são considerados como aqueles que têm problemas de dependência, o que indica que possuem a tendência de depender do orientador em outros aspectos, como nas escolhas, responsabilidades e decisões. Nestes casos, o orientador não deve insistir para que o orientando escolha os testes, devendo o próprio orientador fazê-lo, mas tendo em mente as considerações mencionadas. (Scheefffer, 1976)

As vantagens elencadas por esta técnica a respeito desta proposta são as de que, quando o orientando escolhe por si mesmo os testes verifica-se uma situação em que há uma compreensão mais profunda dos problemas daquele, sendo que se desenvolve uma situação favorável para uma expressão maior de sentimentos e vivências, além de que isso estimula uma atuação ativa e o reconhecimento de sua responsabilidade durante o

processo, bem como torna o procedimento mais motivador para o orientando. (Scheeffler, 1976)

Nesta mesma perspectiva, a atuação do orientador em todo o processo de aconselhamento não-diretivo não deve ser avaliativa, mas deve-se ser informativa, mantendo um comportamento neutro na medida do possível, além de se evitar as opiniões pessoais, sendo que os planos de ação são de responsabilidade do orientando e isto deve ser respeitado. Deste modo, esta forma de aconselhamento promove uma situação para o crescimento e amadurecimento do sujeito, em que este tem a oportunidade de se aceitar, por meio da livre expressão de suas ansiedades. (Scheeffler, 1976)

Destarte, o papel do orientador nesta técnica não-diretiva é o de capacitar o orientando para conhecer suas dificuldades, suas deficiências e suas possibilidades, a partir das quais poderá arquitetar seu futuro. Para isso, o orientador deve ter grande habilidade para organizar as informações a serem passadas para o orientando, procurando compreender e antecipar as possíveis reações deste. (Scheeffler, 1976)

Considerações Finais

A partir do discorrido, é possível constatar que o aconselhamento diretivo está fundamentado numa relação humana que alude a autoridade, no sentido que se refere a competência do orientador e não com o significado de coação ou força, como poderia ser entendido no princípio do desenvolvimento de tal técnica. Na abordagem atual de aconselhamento diretivo se concebe o orientador como o mais treinado e experiente para assumir a direção do processo de aconselhamento, da relação humana. Neste sentido, o orientador assume também a maior responsabilidade, na medida em que se torna líder da relação, julgando as decisões do sujeito e selecionando as mais adaptadas. Por este mesmo motivo, os seguidores de Rogers denominam esta forma de aconselhamento como centrada no orientador, ou seja, este é concebido como o centro do procedimento.

A abordagem diretiva, parte da idéia central de que cabe ao orientador, entendido aqui como a parte mais competente da relação, determinar quais são os objetivos que devem ser almejados como resultados do aconselhamento, de modo que o diagnóstico assume papel de grande importância neste tipo de orientação. Em contraposição a isto, a orientação não-diretiva entende que o orientando deve ser percebido como uma pessoa, um indivíduo em detrimento de seus problemas, sendo contra a focalização nos problemas e nos diagnósticos, tal como a abordagem previamente descrita.

Ambas as teorias priorizam a personalidade do orientando, em que no aconselhamento diretivo a compreensão da individualidade do sujeito norteará o processo de aconselhamento e auxiliará no ajustamento daquele. No aconselhamento não-diretivo também se prioriza a apreensão da personalidade do sujeito em sua totalidade, envolvendo a percepção de suas diferenças. Todavia, na primeira abordagem é o orientador que delinea os objetivos do aconselhamento, mesmo considerando a individualidade do orientando. Enquanto na segunda abordagem, o orientador apenas auxilia o cliente a tomar as próprias decisões, sendo este quem delineará os rumos do processo.

Outro ponto proeminente, é que no aconselhamento diretivo a relação humana presente no processo se centraliza no aspecto intelectual e em menor grau no emocional, já que as vivências do orientando são menos importantes que as informações como materiais de trabalho. Já a abordagem não-diretiva prioriza o conteúdo emocional para uma maior compreensão do sujeito, em detrimento dos conhecimentos factuais, priorizando a relação ao invés da técnica.

A utilização de testes no processo de aconselhamento é uma questão relevante a ser discutida. A técnica diretiva se utiliza dos testes psicológicos, na medida em que os considera fundamentais para a aquisição de um maior conhecimento acerca do orientando. Mesmo havendo muitas objeções acerca desta postura adotada pela técnica diretiva, esta acredita que os testes podem ser utilizados como um recurso do aconselhamento, desde que sejam aplicados e interpretados com os devidos cuidados. A

técnica não-diretiva é uma que faz esta objeção mencionada, visto que considera que o uso de testes psicológicos vão contra seus pressupostos teóricos de que é o orientando quem deve direcionar o processo e não o orientador. A única ressalva feita a utilização dos testes é que se for necessário aplicá-los que seja o próprio orientando quem os escolha e sinta real necessidade de utilizá-los. Assim, ainda se priorizará a autonomia do orientando e a não dependência na relação.

Tendo em vista todo o discorrido, é possível constatar que as abordagens apresentadas, mesmo possuindo características opostas, também apresentam pontos de convergências, como exposto, que as aproximam. Portanto, não se trata de abordagens que se anulam mutuamente, mas que apresentam constatações que podem se complementar para uma maior compreensão do orientando. Todavia, são abordagens diferentes, com suas especificações de aplicação e trabalho, que não devem ser confundidas e mescladas. A proposta é apenas a de se construir um novo olhar acerca da compreensão destas teorias, em detrimento da visão de que as mesmas são técnicas excludentes.

Referências

Santos, O. B (1982). *Aconselhamento Psicológico & Psicoterapia - Auto-afirmação um determinante básico do comportamento humano*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

Scheefer, R (1976). *Aconselhamento psicológico: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.